
FINE, Agnès; ADELL, Nicolas (Dir.). *Histoire et anthropologie de la parenté: autour de Paul Lacombe (1834-1919)*. Paris: Éditions du CTHS, 2012. 401 p.

Fabiela Bigossi*

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Brasil

A obra¹ é resultado da colaboração de pesquisadores reunidos em um colóquio em setembro de 2009 em torno da trajetória de Paul Lacombe, suas obras e seu esquecimento no meio acadêmico, possibilitando a reflexão não apenas sobre a contribuição do autor, mas também sobre a construção das ciências sociais.

Le mariage libre (1867), *La famille dans la société romaine* (1889) e *De l'histoire considérée comme science* (1894) são as principais obras de Paul Lacombe e, segundo os organizadores, figuram entre as primeiras obras francesas em que o casamento e o parentesco são analisados em uma perspectiva antropológica moderna. Outras contribuições de Paul Lacombe tratam das discussões sobre o racismo, a propriedade e a educação.

A trajetória intelectual de Paul Lacombe e seu pertencimento a revistas e espaços de discussão, poucos deles restritos às universidades ou *écoles*, diferentemente de seu contemporâneo mais ilustre, Émile Durkheim, assim como sua trajetória pessoal, é considerada pelos autores na apresentação do livro. A obra é dividida em duas partes, com cinco capítulos e vinte autores. A primeira parte é sobre a implicância histórica da obra de Paul Lacombe, enquanto na segunda parte os autores buscam o diálogo entre as obras do autor e suas próprias pesquisas.

A primeira parte, “Le savant et le politique”, traz a trajetória familiar, militância e engajamento de Paul Lacombe. Guy Astoul, historiador, em “Du Quercy à Paris. Jeunesse et premiers engagements de Paul Lacombe” mostra que a Revolução tem papel importante na construção do pensamento de

* Em pós-doutorado.

¹ O livro não tem tradução em português.

Lacombe, que lembra que o combate deve ser antes de tudo anticlerical e libertário, e depois, político. Para Lacombe a colaboração em jornais e revistas era um espaço para se engajar na busca de liberdade e tolerância, enfrentando o fanatismo religioso, que acusa de invadir a vida das pessoas e proclamar as regras morais, que segundo ele, não deveriam absolutamente depender da religião.

Nesse entusiasmo sua primeira obra é lançada: *Le mariage libre*, denunciando a exclusão das crianças nascidas fora do casamento, questionando o casamento tradicional e propondo um contrato privado de associação conjugal que permitiria proteger as crianças e garantir dignidade às mulheres. Nessa obra, figuravam críticas à dominação masculina e sua contestação sobre o que chamava de hipocrisia encorajada pela tradição patriarcal das religiões cristãs.

“Paul Lacombe à la fin du second Empire. Un libre penseur, défenseur de la liberté de pensée”, do historiador Didier Foucault, mostra que Lacombe opõe-se frontalmente aos católicos defendendo concepções abertamente laicas no que diz respeito a relações sexuais e de uniões amorosas, apontando a religião e a Igreja como fatores de alienação das consciências, e na defesa da liberdade de imprensa como garantia de luta do povo e de reivindicações em face dos governantes.

O sociólogo Hervé Terral, no artigo intitulado “Paul Lacombe, un projet de réforme pédagogique”, traz a obra *L’Esquisse d’un Enseignement basé sur la Psychologie de l’enfant* (1899) onde Lacombe evoca a tríade professor-aluno-conhecimento que fora retomada pelos especialistas em educação apenas nos anos 1980 e 1990 sob a nomenclatura de triângulo pedagógico ou triângulo didático.

No artigo “Paul Lacombe entre laïcisation des mœurs et féminisme” a historiadora Florence Rochefort apresenta o autor na luta pelos direitos das mulheres, sendo reconhecido, ao lado de sua esposa, como parte importante da história do feminismo, mesmo que ideias como a mudança do casamento por uma associação ou contrato de associação tenham sido dificilmente aceitáveis para as feministas da época.

Em “‘Le mariage libre’ au miroir du vaudeville”, a socióloga Martine Segalen escreve sobre as fragilidades dos sistemas de filiação. Na época de Lacombe a problemática envolvia os filhos nascidos fora do casamento, e hoje, segundo a autora, a temática se reatualiza com os filhos de pais divorciados e de famílias recompostas. Lacombe foi além da análise da filiação e questionou

o papel dos homens e das mulheres enquanto casal, e pronunciou-se contrário ao casamento forçado e ao divórcio, pois uma lei sobre o divórcio fortaleceria o casamento enquanto contrato solene e público.

A definição de casamento para Lacombe, enquanto toda forma de relação sexual entre homem e mulher, definição bastante ampla, está presente no artigo “Du féminisme à l’anthropologie de la parenté. L’originalité de Paul Lacombe”, da antropóloga Agnès Fine. Para Fine, a grande revolução no olhar sobre o casamento e as regras sociais é que o autor não parte do ponto de vista universal masculino, como fazem seus contemporâneos, inclusive Durkheim, mas sim do ponto de vista feminino. Ainda segundo o autor, a exogamia é uma instituição política e não religiosa. A hipótese de Lacombe, da troca de mulheres enquanto instituição criadora de alianças foi desenvolvida mais tarde por Claude Lévi-Strauss e hoje é admitida pela maior parte dos antropólogos.

O historiador Philippe Moreau, em “Paul Lacombe et la famille romaine, la pratique de la théorie”, escreve que sob a etiqueta de “estudo de moralidade” Lacombe propõe na verdade um estudo das interações sociais e mostra a prevalência do interesse econômico sobre a moralidade do casamento. No artigo “P. Lacombe, ‘La famille dans la société romaine’, étude de moralité comparée”, Paris 1889. Notes d’une lectrice venue d’ailleurs”, a historiadora Claudine Leduc aproxima seus estudos sobre o casamento grego com o estudo de Lacombe na sociedade romana e na possível ligação entre os dois, e assinala, através da discussão sobre o dote, que o sistema matrimonial romano é um conflito de interesse entre dois homens, o marido e o pai da esposa, na disputa de quem tem o direito sobre a mulher.

Em “De l’Histoire considérée comme science ou la tentation de la modernité?” a historiadora Danielle Rives mostra como Lacombe defendia a pluridisciplinaridade para elucidar o passado e a observação e criação de hipóteses enquanto método de pesquisa. Na mesma linha de exposição da preocupação metodológica de Lacombe, o antropólogo Nicolas Adell, em “Paul Lacombe, d’une histoire l’autre. Fondations d’une anthropologie historique”, expõe a ideia do autor sobre a necessidade de abandonar a concepção de história puramente acidental, que tende a ocultar a importância dos indivíduos e de suas ações.

O historiador André Burguière, em “De la psychologie des peuples à l’histoire des mentalités La controverse de Paul Lacombe et d’Alexandre Xenopol”, expõe a crítica de Lacombe a Xenopol e seu conceito, falsamente

científico, de “psicologia dos povos”. Lacombe critica a utilização vulgar da “biologização antropológica” na excessiva importância atribuída às características raciais, sem considerar o papel do social na construção do indivíduo. O antropólogo François Sigaut, em “Lacombe, Taine et le racisme”, também analisa como Lacombe mostra a inconsistência das teorias raciais e as discussões entre a superioridade dos povos europeus entre eles.

O artigo seguinte é do sociólogo Massimo Borlandi, que faz as relações de proximidade e de oposição entre Lacombe e Durkheim em “Lacombe, Durkheim et le groupe de L’Année sociologique” no que diz respeito às representações coletivas e às leis de imitação.

A conclusão da primeira parte é de Nicolas Adell e Sylvie Sagnes, sob o título “Essai d’anthropologie de l’oubli. Le cas de Paul Lacombe”, em que associam o esquecimento de Lacombe ao choque que suas ideias causavam nos intelectuais da época, por exemplo, a prostituição como um progresso do ponto de vista feminino e a defesa dos direitos individuais contra o interesse público. A fluidez de seus posicionamentos teóricos, a oscilação de suas obras entre história, antropologia, sociologia, filosofia e psicologia, sua produção literária, militância e engajamento foram fatores que contribuíram amplamente para a exclusão de Lacombe na academia.

Na segunda parte do livro, “Actualité de Paul Lacombe”, o artigo “Découvrir ‘Le Mariage libre’ au temps du démariage. Réflexions sur l’utopie d’un féminisme visionnaire”, da socióloga Irène Théry, analisa as proposições de Lacombe no que diz respeito a leis de proteção das crianças nascidas fora do casamento, e as aproxima de suas pesquisas sobre a busca de paternidade juridicamente. Com uma investigação sobre a mesma temática, a antropóloga Agnès Martial, em seu artigo “La paternité chez Paul Lacombe”, analisa os modelos de paternidade em Lacombe e faz uma ligação com a reformulação atual dos direitos e deveres dos homens enquanto pais, e da redefinição da paternidade e da identidade masculina.

Em “Propriété foncière, héritage et rapports de genre” o antropólogo Thiphaine Barthélemy trata sobre os direitos de patrimônio no casal: quanto mais importante forem as heranças, mais a situação entre homens e mulheres é desigual. No mesmo sentido, o antropólogo Bernard Vernier, em “Paul Lacombe, une anthropologie de l’intérêt et des rapports de force”, analisa o emprego da palavra “economia” nas teorias sobre a relação de força entre homens e mulheres na família.

Em “Le comparatisme de Paul Lacombe”, o antropólogo Joan Bestard mostra que o método comparativo de Lacombe residia na sua tentativa de aproximar o trabalho dos sociólogos e dos historiadores e, assim, possibilitar que a história tivesse um caráter científico. E ainda, através do método comparativo seria possível chegar ao nível de generalização necessário para a produção da verdade.

A conclusão da segunda parte é da antropóloga Sylvie Sagnes e mostra que a dispersão temática e disciplinar da obra de Lacombe longe de ser a sobrevivência de antigas maneiras de fazer ciência, exprime na verdade a grande modernidade de sua postura de transpassar fronteiras, mostrando-se jamais satisfeito com o recurso de uma só disciplina para elucidar a complexidade social. Da mesma maneira, acredito que essa é a grande contribuição do livro organizado por Fine e Adell: proporcionar o amplo diálogo entre disciplinas e autores.